

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875



JULIO MESQUITA (1862 - 1927)

Sábado 19 DE JUNHO DE 2021 R\$ 5,00 ANO 142 Nº 46631

estadão.com.br

NA QUARENTENA DO AÇÚCAR AO OURO

Laurentino Gomes lança o 2.º volume da trilogia *Escravidão*. PÁG. H1



ONDE O BRASILEIRO É BEM-VINDO

México, América Central e Caribe aceitam. PÁG. H5

Planos de Bolsonaro em 2022 estouram folga no Orçamento

Novo Bolsa Família e reajuste a servidores custariam R\$ 33 bilhões; margem prevista nas contas é de R\$ 25 bilhões

Os planos de Jair Bolsonaro de reforçar programas sociais e reajustar salários de servidores em 2022, ano eleitoral, contrastam com as limitações do Orçamento. Somente a ampliação do Bolsa Família deve elevar o gasto em pelo menos R\$ 18,7 bilhões. Um aumento de 5% para o funcionalismo po-

de gerar desembolso extra de R\$ 15 bilhões. A soma desses valores supera o espaço no teto de gastos para o ano que vem, estimado em R\$ 25 bilhões pelo secretário do Tesouro, Jeferson Bittencourt. O teto, que limita as despesas, é corrigido pelo IPCA, de 8,06% até maio. Já as despesas do governo so-

dem pelo INPC, cujas previsões oscilam hoje entre 5,5% e 6,5%. Descontados outros gastos, como novas concessões de aposentadorias e o reajuste aprovado para os militares, chega-se à "folga" de 2022. O cenário pode se complicar caso a inflação não desacelere no segundo semestre. ECONOMIA / PÁG. B1

● **Em ritmo de campanha**
Em visita ao Pará, Bolsonaro participou de cerimônias em clima de campanha pela reeleição. Em Marabá, exibiu camiseta com os dizeres: "É melhor Jair se acostumando. Bolsonaro 2022". POLÍTICA / PÁG. A12

CPI da Covid torna Queiroga e mais 13 investigados

O ministro Marcelo Queiroga (Saúde), o general Eduardo Pazuello, o ex-chanceler Ernesto Araújo e mais 11 pessoas passaram de testemunhas a investigados pela CPI da Covid, no Senado. A investigação representa derrota para o governo e revela estratégia de responsabilizar Jair Bolsonaro pelo descontrolado da pandemia. POLÍTICA / PÁG. A4



Entre a espera da vacina e o medo do carnaval

Todos os adultos da Ilha de Paquetá, na Baía de Guanabara, serão vacinados amanhã contra a covid-19, como parte de um estudo da Fiocruz. A expectativa contrasta com o receio em relação ao plano do prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), de fazer um evento-teste de carnaval em setembro. METRÓPOLE / PÁG. A24

PF gastará, por ano, R\$ 17,3 mi em sede alugada

Com mudança prevista para julho, a Polícia Federal passará a gastar R\$ 17,3 milhões por ano entre aluguel e condomínio em Brasília. A PF vai ocupar três torres de um conjunto comercial de escritórios. Não foi realizada licitação. POLÍTICA / PÁG. A8

TV Brasil

UM JORNAL ONDE TUDO É POSITIVO

A TV Brasil, canal público de televisão, planeja ter em sua programação um telejornal que vai exibir apenas "boas notícias". A atração já tem nome definido: *Bom de Ver*. POLÍTICA / PÁG. A12

'Ele tem raiva de mulher', diz vítima de assassino do DF

Acusado de assassinar uma família, Lázaro Barbosa cumpriu pena por estuprar uma mulher em 2009. Ao Estadão, a vítima descreveu o "serial killer do DF" como um torturador frio, cruel e bárbaro. METRÓPOLE / PÁG. A26

Cientistas mostram como o coronavírus danifica o cérebro

Pesquisadores da UFRJ, da Fiocruz e do Instituto D'Or de Pesquisa descobriram que, embora o coronavírus não se replique dentro dos neurônios, ele provoca inflamação nessas estruturas. METRÓPOLE / PÁG. A20

Sergio Fausto
O bicho-papão do comunismo
Ele é pura fabricação mental. O que existe é uma extrema direita paranoica. ESPAÇO ABERTO / PÁG. A2

Adriana Fernandes
Apetite voraz
Aumentar o alcance do Bolsa Família importa mais do que discutir valor do benefício. ECONOMIA / PÁG. B4

Sérgio Augusto
João das ruas
João do Rio, que morreu há 100 anos, foi o Oscar Wilde caboclo. NA QUARENTENA / PÁG. H6

Summit ESG 2021

MULHERES SÃO SÓ 14% NOS CARGOS DE CONFIANÇA

No último dia, maternidade, equidade em conselhos de administração e flexibilidade no trabalho foram temas. ECONOMIA / PÁGS. B10 e B11

Tempo em SP
14' Mín. 23' Máx.



NOTAS & INFORMAÇÕES

Em busca da estabilidade política

Antes de se falar em alternativas ao presidencialismo, é preciso continuar com as mudanças, ora em curso, que tendem a reduzir a fragmentação partidária. PÁG. A3

Cuidado com a improbidade

Não faz bem ao Parlamento transmitir a impressão de que legisla em causa própria. PÁG. A3

Zuckerberg fica fora da lista dos 'top CEOs'

ECONOMIA / PÁG. B14

● Dados da vacinação na cidade de SP	
48 e 49 anos	23/6
46 e 47 anos	24/6
45 anos	25/6
44 anos	28/6
43 anos	29/6

O MELHOR DESTA INVERNO É COMPRAR ARRIZO 6 COM PARCELAS CONGELADAS DE R\$ 1.285,93.

Veja nas páginas 6 e 7.

CAOA CHERY QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

Vestir a camisa de São Paulo é construir empreendimentos com a alma da cidade.

Acesse tegraincorporadora.com.br e saiba mais.

TEGRA

INCORPORADORA

Finanças públicas. Presidente já começou a empenhar o espaço que se abrirá no teto de gastos com propostas para reajustar benefícios sociais como o Bolsa Família e salários do funcionalismo; economistas veem risco de pressão por maiores gastos afetar equilíbrio fiscal

Promessas de Bolsonaro estouram 'folga' do Orçamento em 2022

Idiana Tomazelli | BRASÍLIA

De olho nas eleições em 2022, o presidente Jair Bolsonaro já começou a empenhar o espaço que se abrirá no teto de gastos com promessas de maiores benefícios sociais e reajustes a servidores. Só a ampliação do Bolsa Família deve elevar o gasto em ao menos R\$ 18,7 bilhões, enquanto um aumento de 5%, por exemplo, para os salários do funcionalismo pode gerar uma fatura extra de R\$ 15 bilhões, como revelou o "Estadão". Resultado: a soma desses valores já supera o espaço adicional no ano que vem, estimado pelo próprio governo em R\$ 25 bilhões.

Se hoje as demandas já são maiores do que o dinheiro disponível, o cenário pode se complicar ainda mais. Caso a inflação não desacelere no segundo semestre, a folga no Orçamento ficará ainda menor.

Hoje, a previsão é que o governo se beneficie de um "descasamento" entre índices de inflação. O teto de gastos, que limita as despesas, é corrigido pelo IPCA acumulado em 12 meses até junho. Esse indicador registra alta de 8,06% até maio. Já as despesas do governo sobem pelo INPC, cujas previsões oscilam hoje entre 5,5% e 6,5%. Descontados outros aumentos de gastos, como concessões de novas aposentadorias e o reajuste dos militares aprovado em 2019, chega-se à "folga" de 2022.

Se a inflação continuar elevada até o fim do ano, porém, o valor disponível encolhe. O principal fator de risco para isso é a conta de luz. Diante da seca histórica, que ameaça o abastecimento de energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve aumentar em mais de 20% o valor da bandeira vermelha 2, o patamar mais alto de cobrança extra nas tarifas. O reajuste bate direto na inflação, sobretudo no INPC, índice que capta os preços para famílias de menor renda – para as quais a conta de luz pesa mais no bolso.

Previsões. O espaço de R\$ 25 bilhões foi indicado pelo secretário do Tesouro Nacional, Jefferson Bittencourt, em entrevista ao *Estadão/Broadcast* no último domingo. A previsão, porém, é tida como conservadora pelo mercado. Há a avaliação de que já existe uma tentativa da equipe econômica de controlar expectativas e conter a sede por gastos em ano eleitoral.

"Pode significar uma tentativa de não sinalizar um espaço fiscal que é incerto", afirma o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto. Nas contas da IFI, o espaço fiscal será de R\$ 47 bilhões, mas cada 1 ponto porcentual a mais de inflação tira de R\$ 10 bilhões a R\$ 12 bilhões desse valor.

Há ainda estimativas mais conservadoras no mercado – de folga de R\$ 30 bilhões nos cálculos da RPS Capital e do BTG Pactual.

Custo R\$ 15 bi

seria o custo extra com um aumento de 5%, por exemplo, para os salários dos servidores públicos. Bolsonaro pediu ao Ministério da Economia para estudar um eventual reajuste em 2022.

O consenso dos especialistas, no entanto, é de que a inflação está com viés de alta e pode encurtar ainda mais a verba para novos gastos em ano eleitoral. "Se não tiver desinflação no segundo semestre, o espaço fiscal no ano que vem é menor e pode se exaurir rapidamente", diz o sócio e economista-chefe da RPS Capital, Gabriel Leal de Barros.

Enquanto isso, Bolsonaro sinaliza mais gastos e afirmou na terça-feira passada que a reformulação do Bolsa Família pagará, em média, R\$ 300 a partir de dezembro deste ano. O anúncio surpreendeu o próprio governo, que trabalhava até então com o valor médio de R\$ 250 e um aumento



Verbas. Bolsonaro depende de como a inflação se comportará

na despesa de R\$ 18,7 bilhões. O *Estadão* revelou ainda que o presidente encomendou ao ministro da Economia, Paulo Guedes, um reajuste para servidores públicos.

Também já é dada como certa a pressão de parlamentares para emplacar mais uma vez as chamadas emendas de relator, instrumento pelo qual os congressistas direcionam recursos para seus redutos eleitorais. Em 2022, as eleições incluem os cargos de deputado e uma cadeira de cada Estado para o Senado Federal.

"Sem ter espaço fiscal em 2021, eles conseguiram as emendas. Imagina no ano que vem, com espaço fiscal", afirma Salto. "Para o político, é a senha para gastar,

mas tem de ter muita cautela."

Bolsonaro tem acenado com outras medidas populares do lado das receitas, como o aumento da faixa de isenção do IR, hoje em R\$ 1,9 mil, e um programa de refinanciamento de dívidas tributárias de empresas. O pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e especialista em reforma tributária Rodrigo Orair já calculou que um aumento da faixa para R\$ 3 mil beneficiaria cerca de 7 milhões de pessoas.

Economistas veem futuro do teto atrelado a eleições
Pág. B4



OBRAS EM ANDAMENTO

A Tishman Speyer traz um novo ícone para o Jardins



PERSPECTIVA ILUSTRADA DO APTO DE 268M² COM FOTOMONTAGEM. FOTO DA VISTA TIRADA EM JULHO DE 2018

266m²
4 SUÍTES

R. Oscar Freire x R. Dr. Melo Alves x R. Chabad x Av. Rebouças.

Em um dos quarteirões mais nobres do Jardins, próximo ao CJ Shops e a tudo de melhor que o bairro tem a oferecer.

Obras assinadas por artistas brasileiros como **Vick Muniz, Athos Bulcão e Raul Morão**, entre outros. Tecnologia e foco em bem-estar, com bike sharing, espaço wellness e muito mais.



ACESSO EXCLUSIVO POR UMA ALAMEDA ARBORIZADA.

PISCINA AQUECIDA COM RAIA DE 25M E BORDA INFINITA NO ROOFTOP.

LOUÇAS E METAIS KOHLER.

FITNESS NO ROOFTOP E QUADRA DE SQUASH.

E MAIS 34 ITENS EXCLUSIVOS DE ALTO PADRÃO DE ACABAMENTO.

Conheça também os apartamentos de 91m², 178m² e duplex com 196m².

POSICIONE SUA CÂMERA E VISITE NOSSO SITE



SHOWROOM

RUA CHABAD, 126 - JARDINS | SÃO PAULO
ATENDIMENTO PELO + 55 11 3230 0570
OU PELO SITE ALAMEDAJARDINS.COM.BR

AGENDE UMA VISITA PARA CONHECER O DECORADO DE 97M²

REALIZAÇÃO E INCORPORAÇÃO
TISHMAN SPEYER

Memorial de incorporação do empreendimento registrado em 24/08/2018, sob o R.2, na matrícula nº 101.314, do 13º Cart. de Registro de Imóveis de São Paulo. Todas as imagens e perspectivas contidas neste material são meramente ilustrativas, podendo sofrer alterações, inclusive quanto à forma, cor, textura e tamanho. As vistas são referências e fotomontagens. As unidades e áreas comuns serão entregues conforme as especificações constantes do memorial de incorporação, que prevalecerá em caso de conflito com qualquer outro material ou informação relativa ao empreendimento. Endereço do empreendimento: Av. Rebouças, 1145 - Jardins - São Paulo. Os móveis, equipamentos e utensílios utilizados nas perspectivas ilustradas são mera sugestão de decoração e não fazem parte do contrato de compra e venda. Essas áreas serão entregues conforme memorial descritivo de acabamentos e plantas anexas ao contrato. O apartamento poderá sofrer pequenos ajustes decorrentes do desenvolvimento dos projetos executivos de arquitetura, estrutura e instalações. Medidas dos ambientes são de face a face das paredes ao revestimento.

ADRIANA FERNANDES



E-MAIL: ADRIANA.FERNANDES@ESTADAO.COM

Apetite voraz

Independente do valor (R\$ 250, R\$ 270, R\$ 300), o debate do novo programa Bolsa Família no governo e no Congresso Nacional tem passado longe de uma solução consistente para o maior problema, hoje, ao enfrentamento da pobreza acelerada gerada com a pandemia da covid-19: o alcance das pessoas ao benefício.

Quem tem acesso ou não ao programa é definido pelo valor da linha de pobreza. Ou seja, a renda per capita dos membros da família. É esse limite “administrativo” que aponta a família que é elegível ao programa.

A linha de pobreza está hoje em R\$ 178. Pelas simulações do governo obtidas pela coluna, o valor deve

subir para R\$ 190. No Ministério da Cidadania, há uma proposta para subir um pouco mais, para R\$ 195. É pouco para o cenário após a pandemia.

Especialistas experientes apontam que o limite deveria estar hoje em R\$ 260 para garantir uma cobertura justa à realidade atual. Ou seja, que os verdadeiramente pobres do País tenham acesso ao benefício.

O valor médio do benefício precisa ser bem calibrado com a linha de pobreza, se o governo quiser fazer uma reformulação do Bolsa Família bem-sucedida. Para não deixar ninguém para trás. Slogan, aliás, que Bolsonaro e seus ministros gostam tanto de propagar.

Os R\$ 54 bilhões previstos até o mo-

mento pelo governo não são suficientes para dar o aumento do benefício e incorporar quem está vivendo na pobreza de fato, já que a linha de pobreza está defasada.

Esse valor vai ditar também a velocidade do fim da fila do programa, estimada em 1,2 milhão de famílias. A maior parte delas está hoje recebendo o auxílio emergencial. Mas o que acontecerá com essas pessoas depois que o

O varejão da política visto na MP da Eletrobrás é a prova dos riscos que estão por vir

auxílio acabar? Como ficarão os vulneráveis que não estão recebendo nem auxílio nem o Bolsa, mesmo tendo direito ao benefício?

Quando menor a linha de pobreza, menor será o número de pobres. Um achatamento fictício da pobreza no País ocorre, na prática, quando o critério administrativo fica muito distante das condições reais de vida da população. Sem uma correção equilibrada do valor,

acaba-se diminuindo de modo ficcional o número de pobres no programa.

O problema de fundo é que tanto a cobertura como o valor do benefício estão descaçados em função de anos sem correção e pela ideia equivocada, ainda muito presente no governo, de que as pessoas que pedem para entrar no programa não querem trabalhar.

As discussões estão centradas no valor médio do benefício e na disputa eleitoral em torno da popularidade que o seu reforço pode garantir a Bolsonaro. Afinal, é esse valor que vai aparecer na eleição.

Bolsonaro pode até mandar subir de R\$ 250 para R\$ 300 (Flávio Bolsonaro falou depois em R\$ 270), mas corre o risco de a demanda do presidente ser cumprida às custas de não atender quem precisa. Ou, mais grave ainda, o programa sair menor do que estava planejado porque outras demandas estão entrando no radar, como o reajuste dos servidores e mais investimentos para obras paroquiais. Um repetecido que aconteceu no ano passado, quando não se buscou espaço orçamentário para reforçá-lo.

O varejão da política observado na MP da privatização da Eletrobrás, na antessala do ano eleitoral, é a prova dos riscos que estão por vir nas propostas de reformas e outros projetos do governo. O Bolsa Família, o Refis e o projeto de reformulação do Imposto de Renda, que deve chegar semana que vem ao Congresso, estão nessa lista.

Esse filme está passando em alta velocidade enquanto a pandemia ainda não permite que o Congresso tenha as portas completamente abertas ao público com olhos mais vigilantes às negociações fechadas dos gabinetes parlamentares. O debate é quase nenhum.

A maioria por lá parece pouco incomodada, e a corrida é grande para tratorar tudo o quanto antes. Quem acha que a discussão do Orçamento de 2021 foi sangrenta, espera para ver a de 2022. O apetite é voraz.

* É REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) | TER. Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Demi Getschko (quinzenalmente) | QUA. Fábio Alves | QUI. Adriana Fernandes | SEX. Elena Landau e Laura Karpuska (revezam quinzenalmente) e Pedro Doria | SAB. Adriana Fernandes | DOM. José Roberto Mendonça de Barros (quinzenalmente) e Afonso Celso Pastore (quinzenalmente); Paulo Leme (1º domingo do mês), Roberto Rodrigues (2º domingo do mês), Albert Fishlow (3º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)



Otimismo. Ministério da Economia mantém a confiança de que o nível de endividamento público vai melhorar ainda mais

Economistas veem futuro do teto atrelado a eleições

Apesar de o governo comemorar os sinais de melhoria do cenário fiscal, o mercado ainda teme mudanças na regra que limita gastos

Adriana Tomazelli | BRASÍLIA

O cenário mais favorável nas contas públicas, na esteira de inflação e crescimento maiores, tem alimentado debate sobre quanto duradoura será a recuperação fiscal. Enquanto a equipe econômica tem confiança na melhora não só do nível do endividamento, mas também de sua trajetória futura, parte dos economistas mantém certa desconfiança. Há quem alerte que o futuro da âncora atual, o teto

de gastos, dependerá do resultado das eleições em 2022.

O teto é a regra que limita o avanço das despesas à inflação. Sua criação em 2016 foi o que deu ao mercado financeiro maior previsibilidade sobre a trajetória de gastos do País e, assim, confiança para seguir financiando a União por meio da compra de títulos da dívida pública. O governo atribui ao teto a melhora nas expectativas, o que permitiu redução de juros, inflação e controle da dívida pública.

De outro lado, críticos do teto reclamam da compressão contínua de despesas com bolsas de pesquisa, obras e outras ações que compõem os chamados gastos discricionários, que perdem espaço à medida que as despesas obrigatórias (como salários e benefícios previdenciários) avançam.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que aparece nas pesquisas como o principal adversário de Jair Bolsonaro nas próximas eleições, já anunciou

que, se eleito, vai propor a derrubada do teto. “Quando você dá R\$ 1 bilhão para rico, é investimento e, quando você dá R\$ 300 pro pobre, é gasto? Nós vamos revogar esse teto de gastos”, escreveu o petista no Twitter.

Ao compartilhar a publicação de Lula, o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (sem partido-RJ), um político de centro, afirmou que a proposta “não precisa assustar o mercado”, uma vez que, em sua avaliação, o ministro da Economia, Paulo Guedes, “descumpriu e desmoralizou o teto em troca da reeleição de Bolsonaro”. Depois, em nova publicação, Maia ressaltou que seu posicionamento foi “na defesa do teto de gastos”.

Economistas acreditam que a regra pode ter destino semelhante mesmo sob uma segunda gestão Bolsonaro, com algum tipo de flexibilização para ampliar despesas, e isso teria efeito direto sobre o cenário fiscal futuro.

Hoje, as projeções do mercado financeiro indicam uma dívida bruta, principal indicador de solvência observado por investidores, encerrando o ano em 84,1% do PIB – longe dos quase 100% apregoados no auge das incertezas da crise da covid-19 –

e estabilizando no período à frente. Mas a manutenção do limite de gastos é tratada como condição mínima para a concretização desse cenário.

Sem uma “saída organizada” do teto, ou seja, uma regra de gastos crível para substituí-lo, a melhora futura estaria sob risco.

“A trajetória da dívida vai depender muito do que vai acontecer pós-eleição”, afirma o sócio e economista-chefe da RPS Capital, Gabriel Leal de Barros. Para ele, a melhora atual é muito mais de nível da dívida, com a redução devido à arrecadação maior e também ao efeito base (PIB maior no denominador do cálculo), do que de trajetória. O economista vê um excesso de otimismo no mercado financeiro. “A partir de 2023, é tudo muito cinzento. É difícil ser assertivo”, afirma.

Tesouro. Em entrevista na semana passada ao *Estadão/Broadcast*, o secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, disse que o órgão deve rever sua projeção para a dívida bruta em 2021 para 84% do PIB. Ele destacou que a redução da dívida neste ano gera uma melhora fiscal permanente para o futuro, mas reconheceu que a continuidade depende da agenda de reformas, em parte já aprovada no Congresso Nacional.

Segundo apurou a reportagem, o governo também vê mudança na trajetória da dívida no futuro. Internamente, a Receita Federal apontou sinais de um crescimento estrutural das receitas, o que pode influenciar o resultado primário a partir de 2022. Economistas, porém, são mais cautelosos na avaliação sobre a arrecadação porque a pandemia mudou o padrão de consumo dos brasileiros, que estão concentrando gastos em bens (mais tributados) em vez de serviços, fenômeno que pode se reverter à medida que a vacinação contra covid-19 avança no País. Além disso, a inflação também está influenciando fortemente

● **‘Cinzento’**
“A trajetória da dívida (pública federal) vai depender muito do que vai acontecer pós-eleição. (...) A partir de 2023, é tudo muito cinzento. É difícil ser assertivo.”

GABRIEL LEAL DE BARROS
SÓCIO E ECONOMISTA-CHEFE
DA RPS CAPITAL

as receitas do governo.

Barros afirma que o próximo presidente terá maiores dificuldades para cumprir o teto, sobretudo se Bolsonaro levar adiante seus planos de elevar despesas. “Se a decisão for aumentar o Bolsa Família, é gasto permanente, ocupa espaço no teto não só em 2022, mas 2023, 2024, assim por diante. Isso cria uma dificuldade para cumprir o teto. Para não ter problema, só com uma ótima reforma administrativa, o que eu não acredito. E isso é importante, porque volta a colocar o debate sobre o cumprimento do teto na mesa”, afirma.

Nesta semana, a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado traçou um cenário mais benigno para as contas públicas brasileiras, mas afirmou que o ajuste fiscal está longe de ter sido alcançado. Segundo o diretor executivo da IFI, Felipe Salto, o teto ganhou “sobrevivência” com a melhora fiscal de 2021 e, agora, tem risco alto de descumprimento só em 2027. Mesmo assim, ele ressaltou a permanência dos mesmos problemas estruturais.

“Nada hoje é líquido e certo”, afirma Salto. “É difícil e incorreto não reconhecer a melhora, mas, do ponto de vista estrutural, nada foi feito além da reforma da Previdência”, diz. Segundo ele, se os sinais da política fiscal começarem a “se embaralhar”, o Banco Central pode ser forçado a elevar ainda mais os juros, o que afetaria diretamente a trajetória da dívida pública.

No cenário base da IFI, a dívida encerra este ano em 85,6% do PIB e se estabiliza entre 2026 e 2027, chegando a 85,5% do PIB em 2030. Em um cenário otimista, o indicador cairia a 83,9% do PIB já este ano e a 64,3% do PIB no fim da década.

O economista Guilherme Tinoco, especialista em contas públicas, alerta que o crescimento mais robusto que será observado em 2021, na casa dos 5%, não se repetirá no ano que vem. “Para a trajetória da dívida continuar boa, vai depender do crescimento”, diz. Além disso, ele observa que o cenário hoje ainda é pior do que no momento da criação do teto de gastos.

Tinoco também questiona até que ponto o governo conseguirá se manter com a mão tão firme sobre as despesas diante das pressões por reajustes salariais a servidores. Ele observa ainda que será preciso ficar atento a eventuais tentativas de gastos fora do teto com objetivos eleitorais.

* ANÁLISE: Rafael Cortez

Corrida eleitoral e o risco do populismo econômico

A política fiscal tem sido o principal componente da análise de risco político aos olhos dos agentes de mercado. Nesse sentido, o argumento mais comum apontava para 2021 como o ano mais desafiador para o cumprimento da emenda do teto de gastos públicos. A retirada das despesas com a pandemia do cálculo do teto aliviou a principal preocupação dos agentes. Além disso, a dinâmica

inflacionária ajudou a reduzir as previsões da relação dívida/PIB. Em conjunto, esses movimentos sugeriam a ideia de que o risco mais agudo teria ficado no passado. Sob esse prisma, a lógica inflacionária também contribuiria para conter os efeitos do expansionismo de gastos esperado em ano eleitoral.

Curiosamente, a inflação atual mais elevada aumenta o espaço no teto justamente em um momento de acomodação dos interesses políticos. Essa visão mais benigna da questão fiscal minimiza o impacto da fraqueza do capital político do governo na condução da agenda econômica.

A presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no pleito presidencial reforça

a vulnerabilidade do projeto de reeleição junto aos grupos mais vulneráveis. Assim, a análise de risco precisa contemplar o aumento do populismo econômico.

A estratégia de tensionamento político-institucional desenhada pelo presidente Jair Bolsonaro até mobiliza um grau de apoio elevado, mas pouco contribui para a redução da rejeição majoritária na sociedade. Dito de modo mais direto: o governo não ganha a eleição repetindo a estratégia de 2018. Governos precisam entregar ganhos concretos para gerar sentimento de continuidade no eleitorado. Em sociedades com elevada desigualdade, isso significa gerar bem-estar para os mais vulneráveis.

Não por acaso, o governo busca um selo social, mas cujo desenho final pode gerar mais frustração com o crescimento. Os benefícios sociais ajudam, mas não superam o impacto de um crescimento econômico com mercado de trabalho mais inclusivo.

Assim, o tal espaço fiscal pode ser rapidamente preenchido pela lógica eleitoral do governo com contribuição dos parlamentares. O populismo econômico pode se juntar ao risco institucional como parte do cardápio da corrida presidencial.

* É SÓCIO DA TENDÊNCIAS CONSULTORIA E DOUTOR EM CIÊNCIA POLÍTICA